



## BREVE RELATO E DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO AMPLIADA DO CONSELHO POLÍTICO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

**17 de janeiro de 2024**

A reunião ampliada do Conselho Político da ACD realizada em 17/01/2024 foi um sucesso e contou com a presença de quase 100 pessoas (virtual e presencialmente), representantes de diversas entidades sindicais e associativas, Centrais Sindicais, movimentos sociais, Núcleos da ACD e voluntários(as) de todas as regiões do país, além da equipe da ACD. Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da ACD, dirigiu os trabalhos e iniciou desejando feliz 2024 e agradeceu a presença de todos(as).

A reunião teve pauta única: Campanha nacional para unificar as lutas sociais em 2024, face às restrições orçamentárias impostas pelo arcabouço fiscal, à proposta de reajuste zero apresentada pelo governo federal ao funcionalismo público em 18/12/2023, e à prioridade dos gastos com o sistema da dívida.

Maria Lucia apresentou breve análise da conjuntura, destacando os aspectos que motivaram a proposta dessa campanha durante a última reunião do conselho político da ACD (ocorrida no final do ano passado), e que mostram a necessidade de articularmos as lutas sociais em 2024, conforme telas disponíveis em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/reuniao-ampliada-do-conselho-politico-da-acd-17-01-2024/>. Apresentou o gráfico do orçamento do governo federal para 2024 (aprovado pelo Congresso Nacional) o qual prevê R\$ 2,5 TRILHÕES para juros e amortizações da dívida pública (45,98% de todos os gastos) enquanto áreas fundamentais como Saúde e Educação recebem, respectivamente, 4% e 3% cada uma! Evidenciou que não falta dinheiro no Brasil e que o problema está nas restrições orçamentárias aos direitos sociais impostas pelo arcabouço fiscal, e a priorização dos gastos com juros e mecanismos do Sistema da Dívida, que tem retirado (e não aportado) recursos que poderiam ser destinados à garantia dos Direitos Sociais. Ilustrou as consequências desse arrocho fiscal com recortes de notícias que mostram os diversos setores da sociedade (Saúde, Educação, Meio-ambiente, Ciência e Tecnologia) prejudicados pelo Sistema da Dívida, concluindo pela importância de uma campanha que articule as lutas sociais por direitos. Ressaltou as mobilizações que já estão ocorrendo, em especial a de servidores públicos e demais iniciativas em curso, como a criação da “Frente Parlamentar pelo limite dos juros e auditoria integral da dívida pública com participação social”, a luta contra a privatização da saúde, entre várias outras que deve ser viva, aberta, atualizada; um movimento.

Em seguida, seguiu-se rico e participativo debate, com apresentação de várias propostas para a construção da campanha, o que demonstrou o grande entusiasmo dos participantes com a “Campanha Nacional por Direitos Sociais”, resumidas e compiladas a seguir:

A campanha tem o desafio de construir o fio condutor entre várias demandas sociais: reajustes de servidores públicos, garantia de direitos dos trabalhadores do setor privado, direito ao trabalho, saúde, educação, saneamento básico, moradia, demarcações de terras indígenas, direito à terra (reforma agrária), previdência social, assistência digna etc., e inclusive o direito ao desenvolvimento socioeconômico, que tem sido travado por falta de recursos que são absorvidos pelo Sistema da Dívida. Foi também mencionado o direito social a juros baixos e a necessidade de revogar a independência do Banco Central e a necessidade de uma “lei de responsabilidade social”.

O primeiro passo é produzir um material didático (folheto) capaz de disseminar as informações sobre o orçamento público, demonstrando que é possível atender aos direitos sociais, de tal forma que todas as entidades da sociedade civil organizada que clamam por direitos sociais compreendam a relevância de enfrentar os privilégios do Sistema da Dívida. Informar à sociedade em geral que temos mais de R\$ 4 trilhões em caixa há anos!

Os donos do dinheiro estão bem unidos, enquanto os direitos sociais são constantemente ameaçados por cortes e contrarreformas (Previdência, Administrativa - PEC 32, Trabalhista). Tudo que foi dito sobre a dívida, pode ser dito sobre o “Agro” e a mineração predatória: não têm nenhum compromisso com o Brasil, não pagam tributos, recebem subsídios sem contrapartida, dilapidam a Natureza e prejudicam povos originários. Foi citado também o caráter regressivo da política fiscal e tributária, que afeta os direitos sociais. A campanha “É Hora de Virar o Jogo” citou esses pilares do modelo econômico atual, que concentra cada vez mais a renda e a riqueza.

O folheto a ser produzido deverá ser divulgado amplamente, para dar conhecimento geral da campanha em construção e servir de convite às demais entidades, centrais e movimentos sociais que ainda não estão participando, devendo as que já participam convidar outras para que possamos ir agregando cada vez mais participantes à campanha.

Devem ser preparados outros materiais de divulgação da campanha (vídeos, posts, cards, página etc.) e organizados eventos no Congresso Nacional e nos estados.

Foi criada uma “Comissão Nacional Preliminar”, com participação da ACD, SINASEFE, ANFIP, ANDES, ABRA, FENASPS, CONLUTAS, Coletivo Universitário Nacional Desenvolvimentista, ASFOC, Revolução Brasileira e SINTRAJUD, que cuidará das tarefas preliminares: (1) elaborar o folheto; (2) construir Ato a ser realizado em 05/02.2024, quando o Congresso Nacional retoma os trabalhos, (3) construir a Plenária Nacional, a partir de março, e (4) propor forma de financiamento da campanha.

Cumprida a pauta, Maria Lucia agradeceu imensamente a presença e participação de todos e todas.

## **COORDENAÇÃO NACIONAL DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA**

SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar – Brasília-DF – CEP: 70070-939 - Edifício OAB  
Telefone (61) 2193-9731 - E-mail: [contato@auditoriacidada.org.br](mailto:contato@auditoriacidada.org.br),  
[www.auditoriacidada.org.br](http://www.auditoriacidada.org.br)